



Parecer n.º 16/PP/2012-G

3 DE OUTUBRO, 2012Por requerimento, datado de 2 de Abril de 2012, o Sr. Dr. ... veio, junto do Conselho Geral da Ordem dos Advogados, solicitar a emissão de parecer, nos termos seguintes que se passa a transcrever:

- “1. Tem procuração forense a seu favor com os seguintes dizeres:
- “poder para receber quaisquer importâncias provenientes de custas de parte ou procuradoria, para assinar os competentes recibos, bem assim como cheques dos cofres dos tribunais, incluindo precatórios cheques e *receber* as quantias dos mesmos.”
2. Lendo os dicionários, *receber* significa:
- a) Segundo o Dicionário da Língua Portuguesa da Academia, p. 3109, receber significa: “1.*Ficar com alguma coisa...* 3. *Ficar com o dinheiro devido em troca de um serviço.* 4. *Procurar obter o pagamento que é devido = cobrar*”.
- b) Diz o Dicionário da Porto Editora, 5ª edição, p. 1205: *receber*: “*cobrar o que é devido*” (*sic*).
- c) Diz o Dicionário Aurélio, Século XXI, Editora Nova Fronteira, p. 1716: *receber*: (*...*) 2. *Aceitar em pagamento; tomar o que é devido*; 3. *Exigir o que é devido; cobrar*; 4. *Entrar na posse de (algo)*.
3. Assim, parece que com tal redacção foi-lhe conferido o poder de se pagar, pelas verbas que o cliente receba dos tribunais, isto é, receber por suas próprias mãos os honorários e despesas por conta do crédito exequendo. Será assim?
4. Se determinada quantia exequenda for entregue ao advogado signatário, por cheque nominativo à sua ordem, pode este pagar-se dos seus honorários e despesas pelas próprias mãos ou apenas proceder ao direito de retenção?
5. No caso do direito de retenção, pode depositar o cheque nominativo na sua própria conta? Ou tem de o guardar?
6. No caso concreto em que consiste o direito de retenção?
7. Em todos os casos os clientes não concordam com as contas de honorários e despesas.”

I- PARECER:

O Requerente pretende saber se, para pagamento dos seus honorários e despesas, pode fazer suas as quantias que recebeu em nome do cliente, ou apenas pode proceder à sua retenção, depositando-as na sua própria conta.

Esta questão já foi abordada várias vezes, e com a devida profundidade, por este Conselho Geral.

Veja-se, nomeadamente, os pareceres 43/PP/2008-G, de 9 de Janeiro de 2009 e 45/PP/2009-G, de 22 de Janeiro de 2012, em que foi relator o Exm.º Senhor Vogal do Conselho Geral, Sr. Dr. Pires de Almeida.

De facto, nos termos do artigo 96º, nºs 3e 4 do E.O.A. conjugado com os artigos 754º e ss. do C.Civil, o advogado, na qualidade de mandatário, e **apresentada a nota de honorários e despesas, goza do direito de retenção sobre valores que lhe tenham sido confiados, ou que tenha recebido, qualquer que seja a sua proveniência, para garantia do pagamento dos honorários e reembolso das despesas que lhe sejam devidos pelo cliente, a menos que os valores em causa sejam necessários para prova do direito do cliente ou que a sua retenção cause a este prejuízos irreparáveis ou o cliente tenha prestado caução arbitrada pelo Conselho Distrital.**

Aquele que tenha direito de retenção “goza dos direitos e está sujeito às obrigações do credor pignoratício, salvo pelo que respeita à substituição ou reforço da garantia” (artigo 758º do C.Civil).

Dispõe, por sua vez, o artigo 671º do C.Civil que o credor pignoratício tem o dever de “**guardar e administrar como um proprietário diligente a coisa empenhada, respondendo pela sua existência e conservação**”, de “**não usar dela sem consentimento do autor do penhor, excepto se o uso for indispensável à conservação da coisa**”, e de a restituir, “**extinta a obrigação a que serve de garantia.**”

Estas regras aplicam-se a quaisquer quantias recebidas pelo advogado em nome do cliente, sejam elas provenientes dos cofres dos tribunais ou de terceiros intervenientes em processos em que o advogado actue em representação do cliente.

Em resumo, o advogado não pode fazer suas as quantias que receba em nome do cliente para pagamento das despesas e honorários; apenas pode usar do direito de retenção, uma vez preenchidos os requisitos do artigo 96º, nºs 3 e 4 do E.O.A. e dos artigos 754º e ss. do C.Civil.

No exercício do direito de retenção está sujeito aos deveres que recaem sobre o credor pignoratício, nomeadamente **aos deveres de guardar e administrar as quantias, de as não usar sem consentimento do autor do penhor, e de as restituir, extinta a obrigação de pagamento de despesas e honorários.**

Uma última palavra para dizer que o facto de o ilustre Requerente ter em seu poder uma procuração que lhe confere poderes “para receber quaisquer importâncias provenientes de custas de parte ou procuradoria, para assinar os competentes recibos, bem assim como cheques dos cofres dos tribunais, incluindo precatórios cheques e receber as quantias dos mesmos”, em nada muda o que acima se deixa exposto.

É obvio que tratando-se, no caso concreto, de um contrato de mandato com representação, celebrado entre ele e o cliente, a expressão “**receber as quantias**” constante da procuração nunca poderia ter como alcance fazer suas essas quantias.

Actuando o mandatário por conta e em representação do mandante, as quantias que receba ficam pertencendo ao mandante e não ao mandatário.

II- CONCLUSÕES:

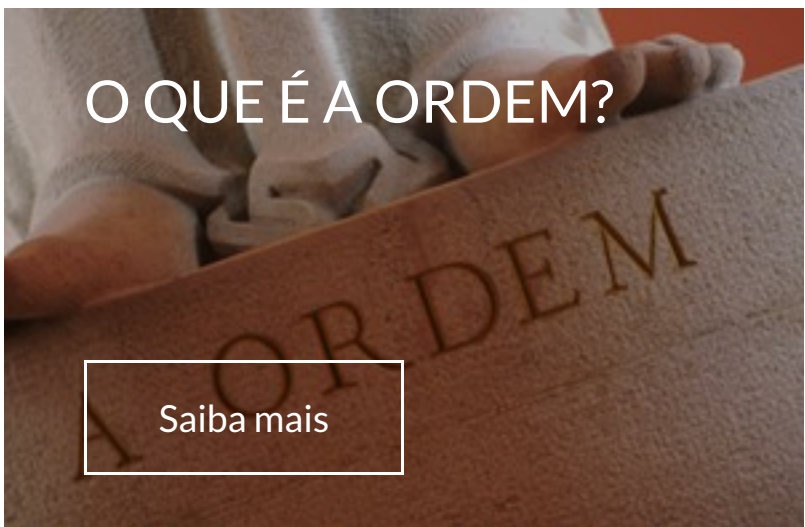
1- Em resumo, o advogado não pode fazer suas as quantias que receba em nome do cliente para pagamento das despesas e honorários; apenas pode usar do direito de retenção, uma vez preenchidos os requisitos do artigo 96º, nºs 3 e 4 do E.O.A. e dos artigos 754º e ss. do C.Civil.

2- No exercício do direito de retenção está sujeito aos deveres que recaem sobre o credor pignoratício, nomeadamente aos deveres de guardar e administrar as quantias, de as não usar sem consentimento do autor do penhor, e de as restituir, extinta a obrigação de pagamento de despesas e honorários.

É este, salvo melhor opinião, o nosso parecer.
Lisboa, 3 de Outubro de 2012

A Relatora: Sandra Martins Leitão
(Designada por despacho de 17 de Abril de 2012, proferido pelo Senhor Bastonário da Ordem dos Advogados)

Relator: Sandra Martins Leitão



PESQUISA DE ADVOGADOS



ACESSO AO DIREITO



BENEFÍCIOS



SUPORTE



BIBLIOTECA

ORGÃOS

Bastonário
Conselho Geral
Conselho Superior
Conselho Fiscal
Conselhos Regionais
Conselhos de Deontologia

ADVOGADOS

Regras Profissionais
Comissões e Institutos
Seguros Profissionais
Pareceres da Ordem
Caixa Previdência dos Advogados e Solicitadores

ORDEM

Atribuições da Ordem
Procuradoria Ilícita
Serviços da Ordem
Organization Profile

PESQUISA

Contactos da Ordem
Pesquisa de Contactos
Pesquisa de Advogados Estagiários
Pesquisa de Sociedades de Advogados

PUBLICAÇÕES

Boletim
Revista

SIGA-NOS NAS REDES SOCIAIS

